

Há vidas por detrás de 60 mil casos nos tribunais de trabalho

Justiça. Dois dias depois de uma operação a um cancro, A.P. recebeu uma carta de despedimento. C. teve um filho, entrou de licença. Quando regressou a empresa já tinha sido extinta

CARLOS RODRIGUES LIMA

O eufemismo é a última figura de estilo a usar para descrever os últimos anos de A.P., 48 anos: de cada vez que o cancro entrou no seu corpo, foi despedida. Isto mesmo. Primeiro na garganta, depois na clavícula. Na segunda situação, ainda estava em casa a recuperar de uma cirurgia quando recebeu a nota de culpa. A.P. é uma das vidas por detrás dos habituais "recuos" e "avanços" da taxa de desemprego, que semestral e anualmente reduz milhares de pessoas a um número percentual. Entre 2008 e 2012, A.P. não só perdeu o emprego duas vezes. Pelo caminho ficou o casamento. Restam-lhe os dois filhos – "as minhas bengalas" – enquanto o processo ainda corre no tribunal. Um dos quase 60 mil que, no ano passado, foram movimentados nos tribunais de trabalho. Mais dez do que em 2015.

A sala do tribunal em nada se assemelha ao seu antigo local de trabalho numa agência bancária, onde estava na área comercial (a pedido da própria, o DN não revela a sua identidade nem a entidade bancária e o tribunal onde corre um processo). O formalismo, o ritmo do processo, o tempo da justiça, desgasta o ser humano por omissão. Está muito distante da "adrenalina dos números" que corria nas veias de A.P. sempre que tinha de "vender um produto", "cumprir objetivos". "Era um trabalho stressante, mas muito apaixonante", recorda.

Com uma carreira em ascensão – "sempre tive uma avaliação superior", frisa –, o ciclo vencedor de A.P. começa a inverter-se quando, em 2007 teve uma paragem cardiopulmonar em pleno local de trabalho. Foi apenas a confirmação de uma série de sintomas anteriores: perda de peso, a voz começou a falhar. Como seria de esperar, passando o resto do ano em exames para confirmar a existência de "dois nódulos malignos na garganta", o que só veio a acontecer "em

março, abril de 2008", já depois de ter sido promovida.

Avançou com baixa médica para fazer os tratamentos, mas em agosto daquele último ano recebeu a "nota de culpa". Motivo do despedimento: irregularidades processuais na transferências de clientes entre agências. É que a promoção foi acompanhada de uma transferência de agência e muitos dos clientes de A.P. quiseram acompanhá-la. "Mandaram-me a carta no pico das férias, onde é que ia encontrar um advogado para responder em dez dias à nota de culpa?", recorda.

Mas tudo se resolveu. Ganhou a ação em tribunal, foi readmitida com todas as regalias. Tudo, menos a vida de A.P.: três cirurgias, sessões de terapia da fala e um divórcio. "Os meus filhos foram as minhas bengalas", refere. Há dez anos, a filha de 7 anos acompanhou-a nas aulas de terapia da voz. Sorri: "Ela dizia que foram os anos mais felizes da sua vida, porque a mãe não podia ralar com ela."

Ultrapassado este problema – embora hoje a sua voz ainda necessite de algum exercício específico

Diretor estava no topo do mundo. De repente, tudo se desmoronou. Aos 52 anos quer trabalhar, mas a idade já não é um posto

Quando se dirigiu ao tribunal para reclamar dois ordenados em atraso, C. confirmou que a empresa já tinha sido extinta

co, "mudar o óleo, como diz o médico", explica, sorrindo –, um mês depois de se ter apresentado para trabalhar, tal como ordenou o tribunal, em 2012, recebeu uma chamada interna: "Um superior hierárquico a perguntar se estava tudo bem comigo, se estava feliz. Intrigante... queriam é saber do meu problema oncológico, como confesso o meu superior, mas respondi que estava bem, os objetivos todos cumpridos, os mapas a 100%".

Uma vez mais, porém, o corpo não estava alinhado com o regresso/sucesso profissional. "Apareceu-me um nódulo na clavícula, informei os meus superiores, mantive-me a trabalhar até ao dia da operação", conta. Entrou de baixa médica numa tarde para ser operada no dia seguinte. Dois dias depois da operação, a recuperar em casa, "recebi um telefonema do banco para ir lá". À sua espera estava mais uma comunicação: carta de despedimento. A história de A.P. contada pela própria entre sorrisos e lágrimas continua num tribunal à espera de resolução.

O mercado não é para velhos

Apesar de não ter passado por um processo tão doloroso como o da bancária, P.D. ainda lambe a ferida do desemprego. "Nem nos meus piores pesadelos pensei que isto viria a acontecer-me", conta o antigo diretor de vendas ligado à indústria farmacêutica. Teve de tudo: bom ordenado, carro da empresa, resultados operacionais. Agora está dentro da última estatística dos 10,5% (últimos dados do Instituto Nacional de Estatística) de desempregados. Um número já considerado como "positivo" pelo secretário de Estado do Emprego, Miguel Cabrita.

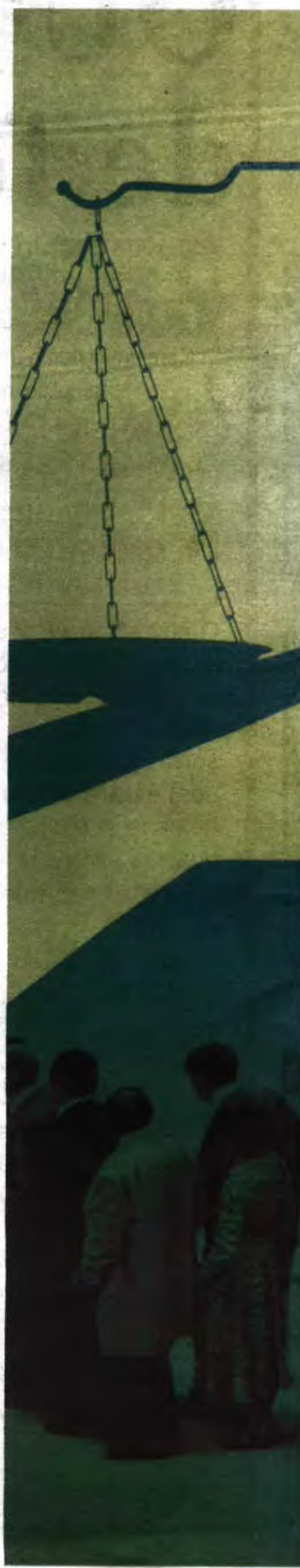
Quando, em 2014, foi chamado ao gabinete do administrador leu "um Xanax debaixo da língua", pois já estava preparado para ouvir o que da boca do seu interlocutor ia sair: estava despedido. "Foi uma conversa com provocação constante, muito trocista, sarcástico, é espera de uma reação anormal minha", relata. Mas P.D. man-

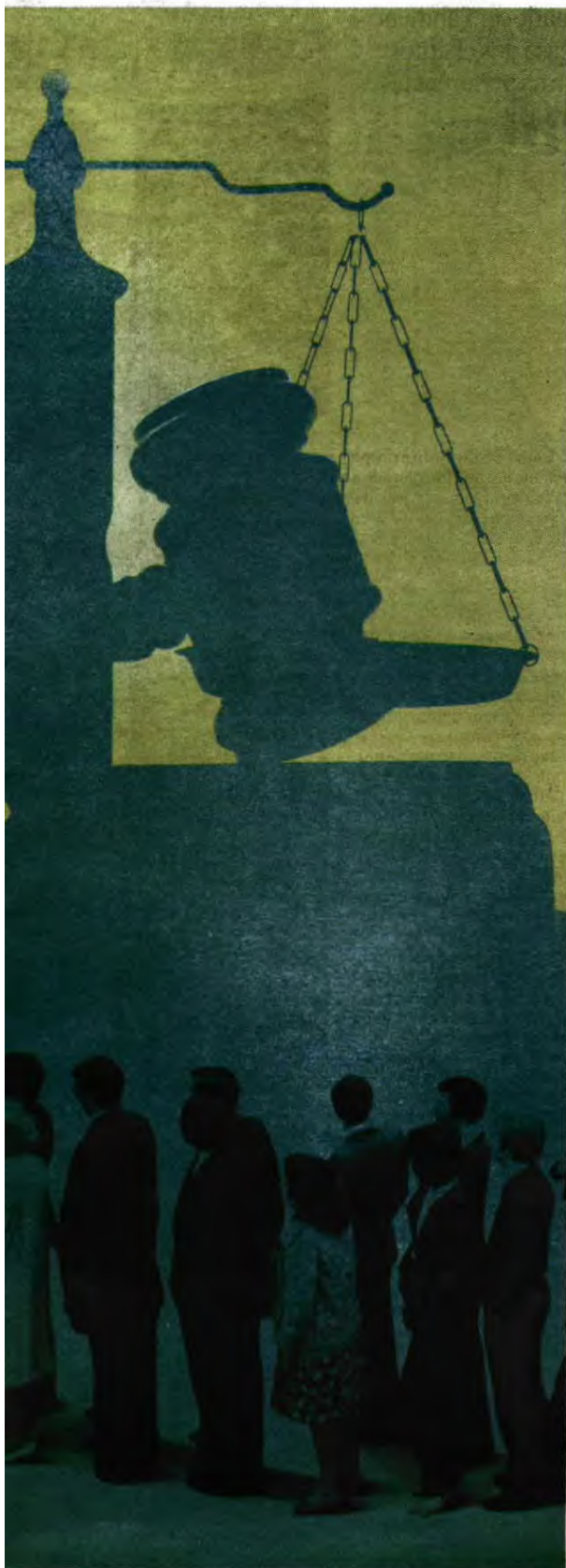
teve-se imóvel, olhando-o "nos olhos".

Como não aceitou a proposta, durante um mês foi colocado a trabalhar num gabinete, isolado dos colegas, apenas com um computador, "sem funções atribuídas, sem objetivos, sem gestão de equipa". Ao mesmo tempo, acenavam-lhe com uma proposta de rescisão, "com um valor irrisório". "A autoestima esvai-se, desaparece, chegamos a questionar-nos se fomos bons profissionais, mas agüentei-me, porque há sempre objetivos na vida: a família e os amigos." "E pouca gente sabe disto: cheguei a pensar entrar por aquela empresa dentro e acabar com ele [administrador] e depois comigo", confessa.

Como não aceitou as condições para a saída, recebeu a habitual nota de culpa, informando-o da instauração de um processo disciplinar: "Tratavam-me como um bandido, que estava a lesar a empresa." Hoje, relembra a digestão que fez quando leu o documento: "Primeiro chorei, depois comecei a rir. Não se faz isto a um funcionário que deu tudo, que passou noites sem dormir, viagens, dias fora de casa. Havia meses que passava mais tempo a trabalhar do que com a família." Mesmo para quem se assume como um *workaholic*, hoje arrepende-se do tempo desperdiçado com a mulher e o filho. O processo seguiu para tribunal, tendo chegado a acordo com a empresa pelo valor justo da indemnização.

Só que, hoje, com 52 anos, continua à procura de trabalho, apesar dos mais de 20 anos de experiência profissional na indústria farmacêutica. Algo que seria uma mais-valia para qualquer empresa, mas não, segundo P.D.: "Olha-se mais depressa para o cartão de cidadão de uma pessoa do que para o seu *know-how*." Este novo mercado de trabalho não é para velhos. "A sociologia e a psicologia social já demonstraram que quanto maiores são as expectativas e melhor é a trajetória profissional de uma pessoa, mais abrupta é a queda na realidade de empobrecimento e vulnera-





bilidade", explica o sociólogo Elísio Estanque, do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra.

Nem para os mais novos

Pelo início do calvário do desemprego/tribunais passam diariamente dezenas de pessoas durante o horário de atendimento do Ministério Público. No Palácio da Justiça, em Lisboa, as gélidas paredes e a ausência de aquecimento fazem que o casaco grosso do procurador Álvaro Bento, 66 anos, seja tão indispensável como o computador. Duas vezes por semana, o magistrada atende inúmeras pessoas com outras tantas queixas e dúvidas. "É um trabalho reconfortante", diz ao DN, antes de a próxima pessoa entrar no seu gabinete. C., uma empregada de mesa num restaurante no Parque das Nações. Problema: esteve de licença de maternidade. Quando se apresentou ao trabalho, foi-lhe comunicada a instauração de um processo disciplinar, ficando com dois meses e subsídio de Natal por pagar. Álvaro Bento analisa os papéis, faz umas pesquisas na internet e comunica-lhe o que C. já suspeitava: a empresa foi extinta. "Tenho casa e um carro para pagar e agora um filho", exclama.

O procurador diz-lhe que a sua situação será encaminhada para um processo e que, por via deste, talvez se consiga obrigar os sócios da empresa a pagar a C. dois meses de ordenado e subsídio de Natal.

O MP de Lisboa atende uma média de mil pessoas por ano. "Numa primeira fase, tentamos que o assunto se resolva por via da conciliação, seja em despedimentos, ordenados em atraso ou acidentes de trabalho. Se não for possível, avança-se para o processo", disse ao DN a procuradora coordenadora do Ministério Público Manuela Cardoso.

Atravessando o IC19, no Tribunal do Trabalho de Sintra, a procuradora Cristina Faleiro afirma não ter "nenhumas saudades" dos processos-crime, os quais lhe retiraram inúmeras horas de vida, como o processo da Casa Pia, que investigou. "Nesta área, sinto que sou útil às pessoas que procuram o MP", diz ao DN, antes de iniciar o seu horário de atendimento. Este começa com A.M., uma jovem mãe que trabalhou nove meses numa pastelaria sem contrato de trabalho, obrigada a cumprir horários, sem direito a subsídios. Recebia 500 euros. Num fim de semana, precisou de ficar a tomar conta da filha, com necessidades especiais. Resultado: foi despedida. A procuradora diz-lhe que vai atuar. A.M. sai da sala um pouco mais animada. Talvez vá à procura de um ordenado digno. Provavelmente, apenas encontrará outros 500 euros. "Há uma camada da população que, infelizmente, já interiorizou a ideia de viver na vulnerabilidade laboral", finaliza Elísio Estanque.

P&R

Quem pode recorrer ao MP nos tribunais de trabalho?

► Todos os trabalhadores e as suas famílias podem esclarecer nos tribunais de trabalho qualquer dúvida, obtendo conselho ou orientação legal. Se for necessário agir no tribunal, o Ministério Público poderá assumir a sua defesa. Este patrocínio é geral (para todos, independentemente da sua condição económica e nacionalidade), e gratuito (não tem encargos para os beneficiários).

O MP pode recusar representar um trabalhador?

► Pode. O Código do Processo do Trabalho prevê duas situações: primeiro, quando considerar que as pretensões do trabalhador são infundadas; depois quando verifique que o trabalhador tem possibilidade de recorrer aos serviços jurídicos da sua associação sindical.

Como pode dirigir-se ao Ministério Público?

► Primeiro deve fazer uma marcação na secretaria do Ministério Público do tribunal do trabalho e aguardar que lhe seja indicado o dia e a hora para o atendimento. Quando for chamado deve levar consigo o máximo de documentação possível. Na página da Procuradoria-Geral da República (www.pgr.pt) pode encontrar os horários de atendimentos em várias comarcas do país.

Um acidente de trabalho deve ser comunicado ao Ministério Público?

► Sim. Normalmente, os processos são conduzidos pelas seguradoras mas, se o dano corporal para o trabalhador for considerável, devem ser comunicados ao MP de forma a que este escrutine o processo da seguradora e, se o trabalhador não concordar com a taxa de incapacidade que lhe foi atribuída, promover a realização de uma junta médica.

Como decorre o processo no tribunal do trabalho?

► Depois de ouvida a "queixa" do trabalhador, o Ministério Público, antes de avançar com qualquer processo, chama a entidade patronal e expõe o caso. Se o patrão decidir, por exemplo, pagar o que é reclamado pelo trabalhador, o processo fica encerrado. Caso contrário, o MP, que pode agir na defesa do trabalhador, tenta chegar a um acordo.

NOTAS

Falta de magistrados

► Tal como na jurisdição de família e menores, a área do trabalho também sofre com a falta de magistrados do Ministério Público para acudir aos processos e atendimentos. Isto consta do último Relatório de Atividades da Procuradoria Distrital de Lisboa. Um dos casos mais complicados é o do tribunal do Trabalho do Barreiro.

27 565

► Atendimentos

Número registado no ano passado pelo MP superou o do ano anterior, que se cifrou em 18 287 atendimentos.

10,5%

► Taxa de desemprego

registada no último trimestre de 2016 e recentemente revelada pelo Instituto Nacional de Estatística.

Acidentes de trabalho aumentam

► O número de processos tem vindo a crescer, sobretudo de trabalhadores que contestam a incapacidade que lhes foi atribuída pela seguradora. Em regra, estas querem pagar o menos possível de indemnizações. Estas tanto podem ser por incapacidade temporária ou pensões vitalícias, dependendo do dano.

Um dos "melhores segmentos"

► Apesar do elevado número de processos, a ministra da Justiça, Francisca van Dunem, já classificou a área laboral como um dos "segmentos com melhor desempenho" no sistema judicial. Isto porque o número de processos terminados tem superado o de novos casos entrados, numa média de cinco mil.

59737

► processos

Comparativamente com 2015, o último ano registou uma subida do número de processos na ordem dos 10 mil.



Justiça 60 mil portugueses com queixas nos tribunais de trabalho

Reportagem. As histórias por trás dos números. É a área com o “melhor desempenho”, na opinião da ministra. Nos últimos anos, há mais processos a terminar do que a entrar. **PÁGS. 12 E 13**